

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

1) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Pode-se afirmar que direito do trabalho é o complexo de princípios, regras e institutos jurídicos que regulam, relativamente às pessoas e matérias envolvidas, a relação empregatícia de trabalho, além de outras relações laborais normativamente especificadas.

II - Constitui função central do direito do trabalho a melhoria das condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica.

III - O direito do trabalho divide-se, internamente, em direito individual do trabalho e direito coletivo do trabalho. Ao contrário do direito coletivo, que é uno, o direito individual do trabalho adota dois segmentos distintos na sua estrutura, isto é, uma parte geral, que compreende a Introdução e a Teoria Geral do Direito do Trabalho, e uma parte especial, que compreende o estudo do contrato de trabalho, de um lado, e, de outro, o exame dos contratos especiais de trabalho.

IV - A autonomia do direito do trabalho é indúvidosa, eis que apresenta os requisitos necessários para tal “status”, pois tem um campo temático vasto e específico, dispõe de teorias próprias, possui metodologia própria e, ainda, apresenta perspectivas e questionamentos específicos e próprios relativamente aos demais ramos do direito próximos ou correlatos.

V - O direito do trabalho encontra origem na Revolução Industrial, século XVIII, na Inglaterra.

- a - Somente I e II estão corretas.
- b - III e V estão erradas.
- c - IV está errada.
- d - Todas as afirmações estão corretas.
- e - Todas as afirmações estão erradas.

2) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - A flexibilização tem a ver com o deslocamento do direito do trabalho rumo à prevalência da vontade dos grupos privados interessados na formação das relações jurídicas por ele reguladas, sobre o controle da norma estatal, que se ocupa de garantir todos os direitos dos trabalhadores. Não se confunde com a desregulamentação das relações de trabalho, que significa a total ausência de regras, capaz de extinguir o próprio direito do trabalho.

II - Constituem fontes formais do direito do trabalho: os costumes, as convenções e acordos coletivos do trabalho (fontes heterônomas), a Constituição, as leis, os regulamentos normativos, tratados e convenções internacionais ratificados e as sentenças normativas (fontes autônomas).

III - No direito do trabalho, a hierarquia das normas difere do direito comum, e a pirâmide normativa é construída de modo plástico e variável, alçando ao seu vértice não necessariamente a norma de “status” mais elevado, mas, sim, aquela que mais se aproxime do caráter teleológico do ramo juslaborista. Tem pertinência o princípio da norma mais favorável ao empregado, em caso de conflito.

IV - Hermenêutica jurídica e interpretação não se confundem: a primeira apreende e fixa os critérios que devem reger a interpretação - que os absorve e concretiza a dinâmica interpretativa.

V - O direito do trabalho submete-se ao princípio jurídico geral que rege o conflito das normas jurídicas no tempo, quer dizer, a nova norma jurídica terá simples efeito imediato, respeitados o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, ressalvadas as exceções feitas na própria Constituição.

- a - I e II estão erradas.
- b - II e III estão erradas.
- c - Somente IV está correta.
- d - IV e V estão erradas.
- e - Somente V está correta.

3) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Entre os mais importantes princípios de direito individual do trabalho, podem ser citados: da proteção, da norma mais favorável, da imperatividade das normas trabalhistas, da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, da condição mais benéfica, da inalterabilidade contratual lesiva, da continuidade da relação de emprego, da primazia da realidade sobre a forma e da intangibilidade salarial.

II - A própria lei contempla institutos, tais a prescrição e a decadência, que derogam o princípio da indisponibilidade de direitos, o qual não é absoluto.

III - A renúncia distingue-se da transação. A primeira é unilateral e marcada pelo despojamento de direito sem contrapartida da pessoa beneficiada. A segunda é bilateral e marcada por concessões recíprocas, envolvendo “res dubia”.

IV - As comissões de conciliação prévia constituem mecanismo extrajudicial de solução de conflito empregatício, sem a observância e respeito aos princípios nucleares do direito do trabalho.

V - O empregado destacado para a função de conciliador não sofre prejuízo na contagem do tempo de serviço efetivo, merecendo a remuneração como extraordinária quando esse trabalho for prestado fora ou além da jornada normal.

a - I e II estão erradas.

b - V está errada.

c - Somente III está correta.

d - Todas as afirmações estão corretas.

e - Todas as afirmações estão erradas.

4) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Relação de trabalho é gênero que engloba todas as formas de contratação de prestação do trabalho existentes no mundo jurídico, incluída a relação de emprego, que é espécie daquela.

II - Constituem características ou componentes da relação de emprego: prestação de trabalho por pessoa física a um tomador qualquer; prestação efetuada com personalidade pelo trabalhador; prestação efetuada com não-eventualidade, e onerosidade. Assim, verifica-se a relação de emprego quando houver trabalho não-eventual, prestado “intuitu personae”, por uma pessoa física, com onerosidade, em situação de subordinação meramente econômica.

III - A independência no ajuste e execução constitui o traço característico do trabalho autônomo, distinguindo-se da relação de emprego.

IV - O trabalho eventual é o prestado ocasionalmente, esporadicamente. O conceito meramente temporal é bastante para caracterizá-lo.

V - O trabalho temporário ou a tempo parcial não admite a prestação de horas extras.

a - I, III e V estão corretas.

b - Somente I e III estão corretas.

c - II, III e IV estão incorretas.

d - Somente IV e V estão incorretas.

e - Somente II e V estão incorretas.

5) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta incorreta:

I - O trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados, será realizado por trabalhadores portuários avulsos e por trabalhadores portuários com vínculo empregatício a prazo indeterminado.

II - Não existe relação de emprego no contrato de estágio de estudante. Mas isso não constitui regra absoluta: é possível demonstrar que o estágio foi utilizado para burlar direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho.

III - Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela. Tal disposição constante de lei tem caráter absoluto e visa a impedir o desvirtuamento do cooperativismo.

IV - Pode-se afirmar que, nos contratos de trabalho por equipe, ainda que formalizados em um único instrumento contratual, formam-se relações jurídicas de emprego específicas entre cada trabalhador e o empregador comum, podendo, assim, cada um deles demandar, individualmente, o empregador.

V - Embora não expressamente previsto na legislação trabalhista, a doutrina e a jurisprudência brasileira aceitam o contrato por equipe e lhe dá tratamento jurídico, exclusivamente, semelhante ao contrato coletivo de trabalho.

a - I e II estão corretas.

b - III está incorreta.

c - IV está incorreta.

d - III e V estão incorretas.

e - II e IV estão corretas.

6) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - considera-se empregado “toda pessoa natural que contrate, formalmente, a prestação de seus serviços a um tomador, a este efetuados com pessoalidade, onerosidade, não-eventualidade e subordinação”.

II - Embora a Constituição da República proíba a distinção entre trabalho intelectual, manual e técnico, subsiste, sem ofensa ao princípio da isonomia, a regulamentação sobre várias profissões distintas, tais os jornalistas e professores.

III - Os altos empregados, isto é, aqueles ocupam funções de destaque dentro da empresa, a quem são confiadas prerrogativas de gestão e direção dentro da empresa, são tratados de modo diferenciado pela legislação trabalhista, por exemplo, para negar-lhes o direito à remuneração pelo trabalho extraordinário, quando receberem gratificação superior a cinquenta por cento do valor do salário básico.

IV - A “mãe social”, isto é, a trabalhadora que presta serviços a instituições sem finalidade lucrativa ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, que funcionem em casa-lar, não goza de certos direitos trabalhistas, tais as férias, os depósitos do FGTS e o salário mínimo.

V - A contratação de trabalhadores indígenas deve ser feita, somente, por equipe, para que seja preservada sua identidade cultural.

a - I e II estão incorretas.

b - III e IV estão corretas.

c - Somente V está incorreta.

d - Somente II está correta.

e - Todas as afirmações estão erradas.

7) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Pode-se afirmar que contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao menor entre quatorze e dezesseis anos de idade, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

II - A relação empregatícia doméstica se caracteriza pelos elementos comuns, isto é, prestado por pessoa física, pessoalmente, com onerosidade e subordinação, mais os elementos fático-jurídicos especiais, isto é, finalidade não lucrativa dos serviços, prestação laboral à pessoa ou família e prestação dos serviços no âmbito residencial do empregador.

Tem relevância a distinção relativamente ao contrato de trabalho comum porque o empregado doméstico não goza de todos os direitos trabalhistas, por exemplo, a garantia de emprego à gestante, conforme jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

III - Atualmente, o critério que prevalece para caracterização do trabalho rural, diferenciando-o do trabalho urbano, é o segmento de atividade do empregador, independente de seus métodos de trabalho e dos da atividade em que se desenvolve, ressalvadas as empresas de florestamento e reflorestamento, que, embora se classifiquem como urbanas, seus empregados que exerçam atividades no campo, efetivamente rurais, são considerados rurícolas. Nesse contexto, via de regra, rurícola é quem se acha vinculado a um empregador rural (empresa rural).

IV - Em qualquer trabalho rural contínuo de duração superior a quatro horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação, observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.

V - A noção jurídica de empregador está relacionada à de empregado. Empregador pode ser definido, assim, como “a pessoa física, jurídica ou ente despersonalizado que contrata a uma pessoa física a prestação de seus serviços, efetuados com pessoalidade, onerosidade, não-eventualidade e sob sua subordinação”.

a - Todas as afirmações estão corretas.

b - I e III estão corretas.

c - II e V estão erradas.

d - IV e V estão corretas.

e - Somente III e V estão corretas.

8) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - É considerado empregador o Cartório não oficializado que tenha servidor sem proteção análoga à dos funcionários públicos, a ele se aplicando a legislação trabalhista comum, ainda que se submeta às normas da Corregedoria.

II - Estabelecimento é uma unidade particularizada da empresa. Grupo econômico pode ser formado tanto por empresas como por estabelecimentos, e entre uns e outros, uma vez favorecidos direta ou indiretamente pelo mesmo contrato de trabalho, verificados os laços de direção ou coordenação em face das atividades desenvolvidas.

III - Sucessão de empregadores é o instituto de direito do trabalho por força do qual se opera, no contexto da transferência de titularidade de empresa ou estabelecimento, uma completa transmissão de créditos e assunção de dívidas trabalhistas entre alienante e adquirente envolvidos.

IV - O consórcio simplificado de empregadores rurais, por força de lei, equipara-se ao empregador rural pessoa física, para fins previdenciários, e se caracteriza pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos. Relativamente às obrigações trabalhistas, os membros desse consórcio são solidariamente responsáveis, considerada a indivisibilidade do vínculo empregatício, verificando-se, no caso, uma única relação de emprego com todos os membros do consórcio.

V - Pode-se dizer que “terceirização é o ato pelo qual a empresa produtora, mediante contrato, entrega a outra empresa certa tarefa (atividades ou serviços não incluídos nos seus fins sociais) para que esta a realize habitualmente com empregados desta”. Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário. Também é lícita a terceirização dos serviços de vigilância, de conservação e limpeza e os serviços especializados ligados à atividade - meio do empregador, desde que inexistam a pessoalidade e a subordinação direta.

- a - I e II estão erradas.
- b - Somente III está errada.
- c - Somente IV e V estão corretas.
- d - IV e V estão erradas.
- e - Somente II está errada.

9) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Consideradas as características do contrato de emprego, pode-se dizer que ele é um pacto de direito privado, sinalagmático, consensual, “intuitu personae” quanto ao empregado, de trato sucessivo e de atividade, oneroso e dotado de alteridade.

II - Na morfologia do contrato de emprego, destacam-se os seguintes elementos essenciais: capacidade das partes, licitude do objeto, forma regular ou não proibida e higidez de manifestação da vontade. De acordo com a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, o contrato de trabalho cujo objeto sejam os serviços de jogo do bicho é ilícito, e, conseqüentemente, nulo.

III - A condição e o termo constituem elementos naturais do contrato de emprego.

IV - Segundo a teoria trabalhista das nulidades, a decretação da nulidade do contrato de emprego não retroage (efeitos “ex nunc”). Assim, por exemplo, no caso de contrato celebrado por menor de até dezesseis anos de idade, não aprendiz, a nulidade será reconhecida para afastar o menor do trabalho, mas a ele são ressalvados todos os direitos trabalhistas. Nos casos, porém, em que, ao lado da tutela do trabalho é também tutelado o interesse público, a exemplo da previsão de nulidade do contrato celebrado com a Administração Pública sem cumprimento da exigência do concurso público, aquela teoria tem aplicação restrita, conforme jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, que confere ao trabalhador somente o direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o salário-mínimo-hora (efeitos “ex tunc”), e os respectivos depósitos do FGTS - estes por norma legal.

V - A nulidade do contrato de emprego pode ser total ou parcial. A total decorre de defeito grave em elemento essencial do contrato, e contamina todo o pacto. A parcial resulta de defeito em elemento não essencial pertinente a uma ou mais de suas cláusulas, a exemplo do critério ajustado para pagamento do salário, e somente o item contaminado é que sofre os efeitos da nulidade.

- a - Todas as afirmações estão corretas.
- b - Somente III está incorreta.

- c - I, II e III estão corretas.
- d - III, IV e V estão erradas.
- e - Todas as afirmações estão erradas.

10) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - A regra geral que incide sobre os contratos de emprego é a da indeterminação da duração. Excepcionalmente, nas hipóteses autorizadas em lei, podem ser celebrados contratos a prazo certo, como exemplo nos casos de contrato de experiência, contrato de atividades empresariais de caráter transitório, contrato de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, contrato de atleta profissional e o novo contrato especial por prazo determinado.

II - A diferença essencial entre o contrato de emprego e o contrato de prestação de serviços, bem assim o contrato de empreitada, repousa no elemento subordinação, que inexiste nestes dois últimos.

III - Não se admite, atualmente, a inserção contratual de cláusula “star del credere”, seja no contrato de representação comercial autônoma, seja no contrato do empregado vendedor.

IV - Constituem efeitos conexos do contrato de emprego: as obrigações do empregador, as obrigações do empregado e o poder empregatício - isto é, o conjunto de prerrogativas reconhecidas ao empregador para que dirija a prestação de serviços contratada.

V - São exemplos dos efeitos próprios do contrato de trabalho os direitos intelectuais devidos ao empregado e as indenizações por dano moral ou material.

- a - Somente I está errada.
- b - Somente III está errada.
- c - III e IV estão erradas.
- d - Somente IV e V estão erradas.
- e - Todas as afirmativas estão incorretas.

11) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta incorreta:

I - As expressões duração, jornada e horário de trabalho se equivalem, e expressam o lapso temporal em que o empregado presta seu labor.

II - Considera-se jornada extraordinária aquela em que o tempo de trabalho ou o tempo à disposição do empregador ultrapasse a jornada padrão, fixada em regra jurídica ou cláusula contratual. Seu efeito comum é a remuneração adicional, podendo, ainda, dar ensejo ao regime compensatório. Assemelha-se à expressão jornada suplementar, atualmente.

III - O acordo de prorrogação de jornada de trabalho deve constar, necessariamente, de documento escrito. Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, é válido o acordo individual para compensação de horas, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.

IV - O regime compensatório de horas de trabalho (banco de horas) não pode se estender por período superior a seis meses. Ele garante que as horas extras trabalhadas em um dia sejam compensadas com a correspondente diminuição em outro dia, mas depende de previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

V - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, as horas “in itinere” são computáveis na jornada de trabalho e o tempo que extrapolar a jornada legal é considerado como extraordinário, devendo sobre ele incidir o adicional respectivo.

- a - I e IV estão erradas.
- b - II e III estão corretas.
- c - III e V estão corretas.
- d - II e V estão corretas.
- e - IV e V estão erradas.

12) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, a limitação legal da jornada suplementar em duas horas diárias não exime o empregador de pagar todas as horas trabalhadas.

II - Enquadra-se no regime de revezamento o sistema de trabalho que coloque o empregado, alternativamente, em cada semana, quinzena ou mês, em contato com diversas fases do dia e da noite, cobrindo as vinte e quatro horas integrantes da composição dia/noite. Tal sistema não se tipifica se a empresa efetuar paralisações parciais em suas atividades semanais.

III - Trabalho em regime de tempo parcial é aquele cuja duração não exceda a metade da jornada de quarenta e quatro horas semanais. Um dos seus efeitos é a proporcionalidade salarial.

IV - Constituem intervalos intrajornadas sem remuneração: uma hora até duas horas, no trabalho contínuo até seis horas; quinze minutos, no trabalho até seis horas; dez minutos a cada noventa minutos trabalhados, em serviços permanentes de mecanografia, datilografia, escrituração ou cálculo; e quinze minutos a cada três horas consecutivas de trabalho em minas de subsolo.

V - São características do descanso semanal: vinte e quatro horas de duração, ocorrência regular ao longo das semanas em que se cumpre o contrato, coincidência preferencial com os domingos, imperatividade do instituto e remuneração do correspondente período de descanso.

- a - I e III estão corretas.
- b - II e IV estão erradas.
- c - III e V estão erradas.
- d - Somente IV está errada.
- e - Somente I está correta.

13) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - As razões que fundamentam o descanso anual remunerado são de ordem médicas, familiares e sociais. Não terá direito a férias, porém, o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de trinta dias.

II - Pode-se afirmar que salário é o conjunto de parcelas contraprestativas pagas ao empregado pelo empregador em razão do contrato de emprego. A remuneração dele se distingue porque diz respeito ao gênero de tais parcelas pagas em razão da prestação dos serviços ou da simples existência da relação de emprego.

III - Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas, cobradas na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

IV - Constituem características centrais do salário: caráter alimentar, caráter forfetário, indisponibilidade, irredutibilidade, periodicidade, continuidade, natureza composta, tendência à determinação heterônoma e pós-numeração, isto é, pagamento posterior ao cumprimento da prestação do trabalho pelo empregado.

V - De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, o vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais. Constituem utilidades não-salariais, entre outras previstas em lei, o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público, e os seguros de vida e de acidentes pessoais.

- a - Todas as afirmativas estão corretas.
- b - Somente IV está errada.
- c - Somente II e IV estão erradas.
- d - III e V estão erradas.
- e - Todas as afirmações estão erradas.

14) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - O salário pode ser calculado segundo três critérios: salário por unidade de tempo, salário por unidade de obra e salário-tarefa. Na hipótese do salário por unidade de obra considera-se o número de peças produzidas pelo empregado, independente do tempo de trabalho despendido pelo obreiro, ou do tempo à disposição do empregador.

II - O salário tem proteção legal quanto ao valor, contra abusos do empregador, contra discriminações na relação de emprego, contra os credores do empregador e contra os credores do empregado - por isso que é impenhorável, exceto para atender a outro crédito também de caráter alimentar, tal a pensão alimentícia. A concordata do empregador não atinge os créditos trabalhistas, posto que somente alcança os créditos quirografários, ao passo que os trabalhistas são privilegiados.

III - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, em tema de equiparação salarial, o conceito de “mesma localidade” refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que pertençam ao mesmo estado.

IV - Segundo o princípio da igualdade salarial, não se pode conceber diferenciações salariais por razões não admissíveis ou não razoáveis. É o mesmo que princípio da não-discriminação.

V - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, o simples desvio funcional do empregado não gera direito a novo enquadramento, mas apenas às diferenças salariais respectivas, desde que ultrapasse o período de seis meses.

- a - I e III estão corretas.
- b - II e IV estão corretas.
- c - Somente III e IV estão erradas.
- d - IV e V estão erradas.
- e - Somente V está errada.

15) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Considera-se pré-contrato a fase em que as partes trocam informações e hipóteses propositivas, ainda sem caráter conclusivo da proposta contratual. As negociações prévias são inerentes a qualquer contrato, particularmente o contrato de emprego, e, por isso, se não forem concretizadas, não há falar-se, em nenhuma hipótese, de reparação de danos.

II - Consideram-se alterações subjetivas do contrato de emprego aquelas que atingem as cláusulas ou o conteúdo do contrato. Constitui diretriz especial do direito do trabalho o princípio da inalterabilidade lesiva do contrato de emprego, que tem raiz no direito civil.

III - Entende-se por “jus variandi” o conjunto de prerrogativas empresariais que, ordinariamente, autorizam o ajuste, a adequação e até a alteração das circunstâncias e critérios de prestação laborativa pelos obreiros, desde que não sejam afrontadas a ordem normativa e contratual, ou, extraordinariamente, permitam, diante da norma, a modificação de cláusula do próprio contrato de trabalho. É o mesmo que poder diretivo do empregador.

IV - Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a transferência do empregado para o horário diurno de trabalho implica na perda do direito ao adicional noturno; o empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito de receber o adicional de transferência; e presume-se abusiva a transferência do local de trabalho de empregados que exerçam cargos de confiança e daqueles cujos contratos a tenham como condição, implícita ou explícita, sem comprovação da necessidade do serviço.

V - Constitui alteração funcional do contrato de emprego a promoção, isto é, o ato pelo qual o empregado é transferido, em caráter provisório ou permanente, com vantagens, na estrutura de cargos e vantagens da empresa, de uma categoria ou cargo para outra categoria ou cargo superiores. A promoção, se existir quadro organizado em carreira ou plano de cargos e salários na empresa com previsão de promoções alternadas por antiguidade e merecimento, constitui direito do empregado.

- a - Somente I e IV estão erradas.
- b - II e III estão corretas.
- c - Somente V está correta.
- d - IV e V estão corretas.
- e - Todas as afirmações estão erradas.

16) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - O empregador pode rebaixar o empregado, isto é, transferi-lo com caráter punitivo, de um cargo efetivo, permanente e superior da empresa, para outro efetivo inferior.

II - Entende-se por suspensão do contrato de emprego a sustação da sua execução, ou das principais obrigações do pacto, preservada, porém, sua vigência. Não há prestação de serviços nem pagamento de salário. Não se computa tempo de serviço. São exemplos dessa figura: participação em greve, sem salários; licença não remunerada; doença justificada após os quinze primeiros dias e comparecimento de jurado à sessão do júri.

III - A interrupção do contrato de emprego induz à suspensão temporária e lícita da obrigação obreira de prestar serviços e de ficar à disposição do empregador, computando-se, porém, o tempo de serviço, e com direito ao recebimento de salários. Constituem exemplos dessa figura: férias, doação de sangue (um dia por ano), comparecimento como testemunha ou parte em processo trabalhista, aviso prévio em dinheiro e aposentadoria provisória.

IV - Em matéria de suspensão e interrupção do contrato de emprego existem situações controvertidas, tais a suspensão disciplinar de caráter punitivo - inconfundível com a suspensão do empregado estável para apuração de falta grave, visto que o seu exercício decorre de relativa discricionariedade do empregador - e a suspensão para qualificação profissional do empregado oferecida pelo empregador.

V - Os casos de suspensão e interrupção do contrato de emprego inviabilizam sua extinção quando se tratar de contrato por prazo indeterminado, postergando-a até pelo menos o final da causa suspensiva ou interruptiva, ressalvado o caso de suspensão para qualificação profissional. Os contratos a termo, porém, não sofrem o efeito da prorrogação da data prevista para extinção, diante da suspensão ou interrupção do pacto.

- a - Somente I e V estão erradas.
- b - II e III estão corretas.
- c - III e IV estão corretas.
- d - Somente IV está correta.
- e - Todas as afirmativas estão incorretas.

17) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - As modalidades de extinção do contrato de emprego classificam-se, segundo as causas de ruptura do vínculo em: extinção decorrente da conduta do empregado, lícita ou ilícita; extinção decorrente da conduta lícita ou ilícita do empregador; e extinção contratual decorrente dos fatores excepcionais, estranhos à conduta de empregado ou empregador. Na última modalidade enquadram-se, como exemplos, a decretação da nulidade contratual, a aposentação compulsória do empregado e a morte do empregado.

II - Ocorrendo dispensa arbitrária ou despedida sem justa causa, são devidos ao empregado: aviso prévio, décimo terceiro salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de um terço, liberação do FGTS do período contratual acrescido da multa de quarenta por cento e indenização adicional se a dispensa se der no trintídio anterior à data-base da categoria profissional, incluída, nesse cálculo, a projeção do aviso prévio. Pode, ainda, receber as guias para fruição do seguro-desemprego, observadas as exigências legais.

III - Quando o empregado pede demissão, se contar com menos de um ano de contrato de emprego, terá direito, apenas, ao décimo terceiro salário proporcional. Se tiver mais de um ano de contrato, receberá o décimo terceiro salário proporcional e as férias proporcionais acrescidas de um terço.

IV - A morte do empregado causa, necessariamente, a dissolução do contrato de emprego, considerado o requisito pessoalidade. Os efeitos financeiros serão como se o empregado tivesse pedido demissão. No entanto, se a morte for provocada por culpa do empregador, serão devidos os títulos indenizatórios próprios da rescisão indireta do contrato de emprego.

V - A morte do empregador pessoa natural não levará à extinção do contrato de emprego se o empreendimento prosseguir por meio dos sucessores e o empregado não tiver interesse no término do contrato. Se, porém, o empregado não quiser prosseguir no emprego, tem direito às mesmas verbas previstas para o caso de despedida sem justa causa, exceto quanto saque dos depósitos do FGTS e respectiva multa.

- a - Somente I e II estão corretas.
- b - III, IV e V estão erradas.
- c - Somente V está errada.
- d - Todas as afirmações estão corretas.
- e - Todas as afirmações estão erradas.

18) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta incorreta:

I - Constituem, entre outras hipóteses legais exaustivas, justa causa para rescisão do contrato de emprego pelo empregador: violação de segredo da empresa, desídia no desempenho das respectivas funções e ato de indisciplina ou insubordinação. A justa causa distingue-se da falta grave e pode ser cometida tanto pelo empregado como pelo empregador, dando margem, nesse caso, à rescisão indireta, ao passo que a falta grave tem sua noção atrelada, via de regra, à conduta do empregado portador de estabilidade no emprego.

II - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, no caso de aviso prévio cumprido em casa pelo empregado, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é de dez dias contados da notificação da demissão.

III - Nos contratos de emprego por tempo determinado, a extinção normal dá ao empregado o direito de receber os depósitos do FGTS do período contratual, sem multa; o décimo terceiro salário proporcional; as férias proporcionais acrescidas de um terço; e, se penderem de gozo, as férias simples indenizadas. Se, porém, o empregador rescindir, imotivadamente, o contrato a termo, antes do prazo fixado, o empregado tem direito, ainda, a sacar os valores depositados no FGTS durante o cumprimento do contrato, e mais nenhum outro título indenizatório.

IV - O prazo para quitação das verbas rescisórias, sob pena de multa no valor do salário, é de um dia para os casos de rescisão do contrato de emprego a termo, e de dez dias para os contratos por prazo indeterminado. Tal multa é devida ao obreiro e independe da multa administrativa aplicada pela fiscalização trabalhista contra a empresa que não cumpra tais prazos.

V - O encerramento da empresa ou do estabelecimento constitui causa de extinção do contrato de emprego, produzindo efeitos, de regra, semelhantes aos da dispensa sem justa causa. Em situações especiais, tais a força maior e o “factum principis”, que determinem a extinção da empresa ou estabelecimento, reduz-se a multa de quarenta por cento sobre os depósitos do FGTS à metade, e não incide a multa na hipótese de atraso da quitação das verbas rescisórias.

- a - I e III estão erradas.
- b - I e II estão corretas.
- c - IV está correta.
- d - III e V estão incorretas.
- e - II e IV estão corretas.

19) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - A rescisão do contrato de emprego do menor de dezoito anos deve ser assistida por seu representante legal, exceto se se tratar de aprendiz.

II - O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão de contrato de emprego, firmado por empregado com mais de um ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho, podendo a entidade sindical cobrar taxa para prestação dessa assistência, segundo a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho.

III - Conforme a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, quanto aos direitos que deveriam ter sido satisfeitos durante a vigência do contrato de emprego, a quitação objeto do termo de rescisão contratual é válida em relação ao período expressamente consignado no recibo de quitação.

IV - Segundo a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, o não fornecimento, pelo empregador, da guia necessária para o recebimento do seguro-desemprego, dá origem ao direito à indenização, reivindicável pelo obreiro perante a Justiça do Trabalho.

V - O termo de conciliação extrajudicial firmado perante a comissão de conciliação prévia tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

- a - Todas as afirmações estão corretas.
- b - Somente I e II estão erradas.
- c - II e IV estão erradas.
- d - Somente III está correta.
- e - I e V estão erradas.

20) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Pode-se afirmar que estabilidade “é a vantagem jurídica de caráter permanente deferida ao empregado em virtude de uma circunstância tipificada de caráter geral, de modo a assegurar a manutenção indefinida no tempo do vínculo empregatício, independentemente da vontade do empregador”. São exemplos de estabilidade: a “celetista”, adquirida pelo empregado que completasse dez anos de serviço até a promulgação da Constituição da República de 1988, não optante pelo regime do FGTS; e a estabilidade excepcional prevista no artigo 19 do ADCT da Constituição da República de 1988, outorgada aos servidores públicos civis, admitidos sem concurso público, que, na data da sua promulgação, contassem pelo menos cinco anos continuados, ou dez intercalados, de serviço público.

II - Garantia de emprego ou estabilidade provisória “é a vantagem jurídica de caráter transitório deferida ao empregado em virtude de uma circunstância contratual ou pessoal obreira de caráter especial, de modo a assegurar a manutenção do vínculo empregatício por um lapso temporal definido, independentemente da vontade do empregador. Constituem seus exemplos: estabilidade do dirigente sindical, empregado eleito para a direção da CIPA, empregada gestante, empregado eleito para dirigir sociedade cooperativa criada pelos obreiros e o empregado acidentado. Nesse último exemplo, de acordo com a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, assegura-se a estabilidade pelo período de doze meses, após a concessão do auxílio-acidente, independente de prazo de percepção do referido auxílio.

III - Segundo a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, é necessário o inquérito para apuração de falta grave para dispensa, por justa causa, do empregado dirigente sindical. Outrossim, na hipótese de estar exaurido o período de estabilidade provisória do empregado, em vez da reintegração

no emprego, assegura-se apenas o pagamento dos salários compreendidos entre a data do despedimento e o final do período estável.

IV - Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, não subsiste, na vigência da Constituição da República de 1988, a indenização dobrada decorrente da conversão em espécie da reintegração do empregado estável.

V - De acordo com a jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, não se reconhece a estabilidade adquirida no período do aviso prévio, pois a projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias.

a - I e III estão corretas.

b - I, II e IV estão erradas.

c - III e IV estão corretas.

d - IV e V estão erradas.

e - Somente I está errada.

21) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, extinto o contrato de trabalho, é de dois anos o prazo prescricional para reclamar em juízo o não recolhimento da contribuição para o FGTS.

II - Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, somente incide contribuição para o FGTS sobre o período de aviso prévio trabalhado.

III - De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a Justiça do Trabalho só tem competência para autorizar o levantamento do depósito do FGTS na ocorrência de dissídio entre empregado e empregador e após o trânsito em julgado da sentença.

IV - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, a opção retroativa do empregado pelo regime do FGTS depende de concordância do empregador.

V - De acordo com a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, o cálculo da multa de quarenta por cento sobre os depósitos do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal.

a - Somente III está incorreta.

b - I e II estão corretas.

c - III e IV estão incorretas.

d - II e V estão incorretas.

e - Somente II está incorreta.

22) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta incorreta:

I - Pode -se dizer, quanto à prescrição, que ela atinge a ação, em sentido material, vinculada ao direito, tornando-o impotente. A decadência, por seu turno, extingue o próprio direito, e pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, quando estabelecida em lei.

II - A incapacidade absoluta constitui causa impeditiva da prescrição. A propositura de ação judicial trabalhista constitui causa interruptiva da prescrição.

III - Prepondera o entendimento de que não incide prescrição nas ações meramente declaratórias, tal a que pede o reconhecimento do vínculo empregatício, sem reflexos financeiros, correlato com o pedido de anotação da carteira de trabalho para fins de prova junto à Previdência Social.

IV - Conforme a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, tratando-se de pedido de incorporação do adicional de horas extras, incide a prescrição total, pois, embora haja previsão legal para o direito à remuneração extraordinária, inexistente previsão para a incorporação do respectivo adicional ao salário; também incide prescrição total sobre o direito de reclamar diferenças salariais resultantes de planos econômicos, e, ainda, para reclamar contra a alteração das comissões pagas ao empregado - neste caso, por se tratar de ato único e positivo do empregador.

V - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, a prescrição quinquenal abrange os cinco anos anteriores à data da extinção do contrato de emprego, e não os cinco anos anteriores ao ajuizamento da reclamação trabalhista.

a - I e III estão corretas.

- b - II e III estão corretas.
- c - IV e V estão incorretas.
- d - IV está correta.
- e - Somente V está incorreta.

23) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Os adicionais de remuneração por insalubridade e periculosidade visam a desestimular o risco ambiental no trabalho, e, no sistema de proteção à saúde e segurança do trabalhador, devem ter preferência as providências que eliminem ou neutralizem a própria causa do risco.

II - Em termos de saúde e segurança no trabalho, são deveres do empregador, entre outros: cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina e instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais; são deveres dos empregados, entre outros: observar as normas de segurança e medicina do trabalho e colaborar com o empregador para aplicação dessas normas, constituindo ato faltoso do empregado a recusa injustificada ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.

III - São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, para que seja devido o adicional de periculosidade é necessário que a atividade perigosa conste da relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho, não bastando a constatação por laudo pericial.

IV - São consideradas atividades ou operações insalubres, na forma da regulamentação expedida pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, os empregados que operem bomba de gasolina têm direito ao adicional de insalubridade.

V - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, enquanto recebido o adicional de insalubridade pelo empregado, ele integra a remuneração para todos os efeitos legais.

- a - Todas as afirmações estão erradas.
- b - I e III estão corretas.
- c - Somente III e IV estão erradas.
- d - II e IV estão corretas.
- e - IV e V estão erradas.

24) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - É permitido o trabalho do adolescente maior de dezesseis anos de idade, exceto nas atividades insalubres e perigosas e o trabalho noturno. Para os efeitos da Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se menor o trabalhador de quatorze a dezoito anos de idade.

II - À empregada que adotar ou tiver a guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença maternidade. Se a criança tiver idade de um a quatro anos, o período da licença será de trinta dias.

III - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, é nula de pleno direito a cláusula de instrumento coletivo de trabalho que estabeleça a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário, eis que a proteção à maternidade ganhou "status" constitucional com a Constituição de 1988 (ADCT), retirando do âmbito do poder potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico.

IV - O trabalho noturno rural é vedado ao menor de dezoito anos, assim entendido, na pecuária, o lapso compreendido entre vinte e uma horas e cinco horas do dia seguinte, e, na lavoura, entre vinte horas e quatro horas do dia seguinte.

V - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, é vedada a discriminação de empregados menores em cláusula que fixa salário mínimo profissional para a categoria.

- a - Somente II e IV estão erradas.
- b - I e III estão erradas.
- c - III e IV estão erradas.
- d - II e V estão corretas.
- e - Somente V está correta.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

25) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Denominam-se direito coletivo do trabalho, em tom objetivista, as relações sócio-jurídicas grupais, coletivas, de trabalho. Sob o mesmo ângulo, o direito coletivo do trabalho pode ser definido como o ramo do direito do trabalho que tem por objeto o estudo das normas e das relações jurídicas que dão forma ao modelo sindical. Conjugando essa definição objetivista com a definição subjetivista que o tem como um conjunto de leis sociais que consideram os empregados e empregadores coletivamente reunidos, principalmente na forma de entidades sindicais, pode-se definir o direito coletivo do trabalho como o complexo de institutos, princípios e regras jurídicas que regulam as relações de trabalho de empregados e empregadores e outros grupos jurídicos normativamente especificados, considerada sua ação coletiva, realizada de modo autônomo ou por intermédio das respectivas entidades sindicais.

II - O conteúdo do direito coletivo do trabalho é dado pelos princípios, regras e institutos que regem a existência e desenvolvimento das entidades coletivas trabalhistas, inclusive suas inter-relações, além das regras jurídicas trabalhistas criadas em decorrência de tais vínculos.

III - São funções gerais do direito coletivo do trabalho, entre outras: geração de normas jurídicas e pacificação dos conflitos de natureza sociocoletiva. Constitui uma das funções específicas do direito coletivo do trabalho a melhoria das condições de pactuação da força de trabalho na ordem socioeconômica.

IV - Constituem mecanismos para resolução dos conflitos coletivos de trabalho, sejam de ordem jurídica, sejam econômicos, as fórmulas autocompositivas e as heterocompositivas.

Na primeira fórmula encontra-se a negociação coletiva trabalhista e, na segunda, a arbitragem e o dissídio coletivo.

V - O direito coletivo do trabalho goza de significativo elenco de princípios específicos, que autorizam falar -se de sua autonomia para, juntamente com o direito individual do trabalho, formar o complexo jurídico conhecido como direito do trabalho. Encontram-se entre aqueles princípios: princípio da liberdade associativa e sindical, da autonomia sindical, da interveniência sindical na normatização coletiva, da equivalência dos contratantes coletivos, da lealdade e transparência na negociação coletiva, da criatividade jurídica da negociação coletiva e da adequação setorial negociada.

a - I e II estão erradas.

b - II, III e IV estão corretas.

c - IV e V estão corretas.

d - Somente III e IV estão corretas.

e - Todas as afirmações estão corretas.

26) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - O sistema da liberdade sindical pressupõe o pluralismo sindical. O sistema da liberdade sindical plena - isto é, que sustenta não caber à lei regular a estruturação e a organização interna dos sindicatos, a quem se reconhece a incumbência de eleger, sozinhos, a melhor forma de se instituírem - acha-se consagrado na Convenção n. 87, da Organização

Internacional do Trabalho, de 1948, ainda não subscrita pelo Brasil.

II - O modelo sindical brasileiro, apesar das evoluções introduzidas pela Constituição da República de 1988 tal a determinação de não intervenção e não interferência do Estado na organização sindical, ainda segue a unicidade sindical, com a previsão normativa obrigatória de existência de um único sindicato representativo dos correspondentes trabalhadores.

III - Pode-se entender por categoria profissional o conjunto de trabalhadores que tenham, permanentemente, identidade de interesses em razão da atividade exercida. E, por categoria profissional diferenciada, a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares, tais os aeronautas, condutores de veículos rodoviários, jornalistas profissionais, operadores de mesas telefônicas e vendedores e viajantes do comércio.

IV - As centrais sindicais, segundo a jurisprudência, não compõem a estrutura sindical brasileira, não se lhes reconhecendo a representação jurídica das categorias.

V - O município é a base territorial mínima dos sindicatos brasileiros, que podem, no entanto, ter base mais ampla, alcançando todo o território nacional.

a - Todas as afirmativas estão corretas.

- b - I está incorreta.
- c - II está incorreta.
- d - I e III estão incorretas.
- e - Somente IV e V estão corretas.

27) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Pode-se dizer que o sindicato é uma associação coletiva, de natureza privada, voltada à defesa e ao incremento de interesses coletivos profissionais e materiais de trabalhadores, subordinados ou autônomos, e de empregadores.

II - A principal função dos sindicatos é a representação (no sentido amplo) de suas bases trabalhistas. Outras funções relevantes são a negocial e a assistencial - exemplificando-se esta última com a homologação administrativa das rescisões dos contratos de emprego.

III - Os registros dos estatutos sindicais podem ser feitos em Títulos e Documentos ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e, independente desse registro, para que as entidades possam funcionar, devem depositar tais estatutos no Ministério do Trabalho e Emprego, para fins cadastrais e de verificação da unicidade sindical.

IV - A ordem jurídica brasileira prevê quatro tipos de contribuições dos trabalhadores para as entidades sindicais: contribuição sindical obrigatória, contribuição confederativa, contribuição assistencial e mensalidades associativas. São todas compulsórias para os integrantes da categoria.

V - A estrutura externa sindical brasileira assemelha-se a uma pirâmide, composta pelos sindicatos na sua base, pelas federações ou confederações no meio, e pelas centrais sindicais na cúpula.

- a - Todas as afirmativas estão erradas.
- b - III, IV e V estão erradas.
- c - Somente V está errada.
- d - II e V estão erradas.
- e - Todas as afirmações estão corretas.

28) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Os sindicatos gozam de garantias mínimas à sua estruturação, desenvolvimento e atuação, para que possam expressar a vontade coletiva dos trabalhadores, entre as quais se acham normatizadas no Brasil a garantia provisória de emprego e a inamovibilidade do dirigente sindical.

II - As convenções coletivas de trabalho e os acordos coletivos de trabalho, ao lado dos contratos coletivos de trabalho previstos na legislação brasileira, constituem instrumentos ou diplomas coletivos negociais.

III - A convenção coletiva de trabalho, necessariamente, tem em seus pólos subjetivos entidades sindicais, representativas de empregados e empregadores. O acordo coletivo de trabalho, por sua vez, tem em um de seus pólos subjetivos empregadores não necessariamente representados por sindicato, podendo as empresas, individualmente ou agrupadas, subscrever, sozinhas, os acordos entabulados com os sindicatos representativos de seus empregados. A abrangência das regras jurídicas fixadas em ambos os instrumentos, porém, é a mesma.

IV - Entende-se por cláusulas obrigacionais dos instrumentos coletivos negociais as que criam direitos e obrigações para as próprias partes convenientes, a exemplo do compromisso de entrega ao sindicato obreiro da lista contendo os nomes dos empregados.

V - Entende-se por cláusulas normativas dos instrumentos coletivos negociais as que geram direitos e obrigações que irão integrar os contratos individuais de trabalho das respectivas bases representadas, tais a estipulação de adicionais noturno e de horas extras superiores ao previsto em lei.

- a - I e II estão corretas.
- b - II e IV estão corretas.
- c - III e V estão incorretas.
- d - III e IV estão incorretas.
- e - II e III estão incorretas.

29) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Hierarquicamente a convenção coletiva de trabalho sobrepõe -se ao acordo coletivo de trabalho, exceto se este for mais favorável aos trabalhadores - hipótese em que prevalecerá.

II - Sobre a adesão das regras negociais coletivas nos contratos de emprego, destacam-se três correntes de interpretação: a da aderência irrestrita, a da aderência limitada pelo prazo e a da aderência limitada por revogação. O legislador brasileiro, atualmente, adota a última posição, no que é seguido pela jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

III - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, o descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.

IV - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, a comprovação da legitimidade “ad processum” da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a vigência da Constituição da

República de 1988, e a ata da assembléia de trabalhadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses deve registrar, obrigatoriamente, a pauta de reivindicações, produto da vontade expressa da categoria.

V - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, é constitucional a cláusula de instrumento coletivo que estabeleça a admissão preferencial no emprego para empregados sindicalizados.

a - I e II estão erradas.

b - II e III estão corretas.

c - III e IV estão incorretas.

d - II e V estão incorretas.

e - Todas as afirmações estão erradas.

30) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - A mediação e a arbitragem constituem modalidades de heterocomposição dos conflitos coletivos de trabalho, solucionando-os mediante a intervenção de um agente exterior à relação conflituosa original. São admissíveis no Brasil, embora pouco praticadas.

II - A sentença arbitral, atualmente, é título executivo judicial.

III - O membro do Ministério Público do Trabalho pode atuar como árbitro, desde que solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.

IV - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, a greve abusiva não gera efeitos, sendo incompatível com a declaração de abusividade do movimento grevista o estabelecimento de quaisquer vantagens ou garantias a seus participantes, que assumiram os riscos inerentes à utilização do instrumento de pressão máximo. Outrossim, é abusiva a greve que se realiza em setores que a lei define como sendo essenciais à comunidade, se não é assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço, na forma da lei de greve.

V - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, não se legitima o sindicato profissional a requerer judicialmente a qualificação legal da greve que ele mesmo fomentou.

a - Todas as afirmativas estão corretas.

b - Somente II está incorreta.

c - II e III estão incorretas.

d - Somente IV e V estão corretas.

e - Todas as afirmativas estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

31) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - São princípios de Direito Processual do Trabalho, entre outros: dispositivo, inquisitivo, oralidade, eventualidade, conciliação e instrumentalidade das formas. O princípio da conciliação é mais peculiar dos princípios do processo trabalhista, submetendo todos os dissídios individuais e coletivos à conciliação na Justiça do Trabalho. O princípio da eventualidade, por sua vez, é que determina à parte que formule todas as suas alegações, preliminares e de mérito, de uma só vez.

II - O Direito Processual do Trabalho goza de autonomia jurisdicional, caracterizada pela existência de um ramo do Poder Judiciário especializado em questões trabalhistas.

III - São fontes de Direito Processual do Trabalho, entre outras: a Constituição da República, as leis ordinárias, os decretos regulamentadores, as portarias ministeriais, os regimentos internos dos tribunais trabalhistas, as Convenções ratificadas da Organização Internacional do Trabalho, os acordos e

convenções coletivas de trabalho. O direito processual comum, nos casos omissos na Consolidação das Leis do Trabalho, é fonte subsidiária do Direito Processual do Trabalho, exceto naquilo que for incompatível com suas normas.

IV - Quando da interpretação da norma processual trabalhista, deve-se ter em vista o fim último pretendido pelo legislador, que é o equilíbrio sócio-econômico-político entre os fatores dinâmicos da produção (capital e trabalho).

V - A composição paritária da Justiça do Trabalho brasileira, inspirada no modelo da Itália fascista, foi extinta, desaparecendo a figura dos juízes classistas, os quais, nos Tribunais Regionais do Trabalho, tiveram as vagas ocupadas por juízes “togados”.

- a - Somente I está errada.
- b - II e III estão erradas.
- c - I e V estão erradas.
- d - Somente IV está correta.
- e - Todas as afirmações estão corretas.

32) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - São órgãos da Justiça do Trabalho, segundo a Constituição da República: o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Juízes do Trabalho e os Juízes de Direito investidos de jurisdição trabalhista.

II - A competência da Justiça do Trabalho, de regra, é fixada em razão da matéria trazida a juízo, e o conflito de competência surgido entre Juiz de Direito, no exercício da jurisdição comum, e Juiz do Trabalho deve ser dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça.

III - A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho é exercida por um Ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho, eleito para mandato coincidente com os demais membros da administração do Tribunal, incumbindo-lhe, entre outros: a inspeção e correição permanente ou periódica, ordinária ou extraordinária, geral ou parcial, e a expedição de provimentos para disciplinar as condutas a serem adotadas pelos órgãos judiciários da Justiça do Trabalho. Das decisões do Corregedor -Geral cabe agravo regimental para o Pleno do TST.

IV - No Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, a Corregedoria Regional é exercida pelo Presidente do Tribunal, incumbindo-lhe, como Corregedor, entre outros: inspecionar, pelo menos uma vez por ano, no exercício da correição ordinária, cada uma das Varas do Trabalho; exercer a correição parcial, cujas reclamações correicionais, formuladas no prazo de oito dias contados da ciência do ato praticado pelos Juízes, titulares ou substitutos, das Varas do Trabalho, depois de instruídas e informadas, serão julgadas pelo Tribunal Pleno.

V - Compete aos Juízes de Trabalho de primeira instância, entre outros: conciliar e julgar os dissídios concernentes ao contrato individual de trabalho, processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave, conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem reintegrar no emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador, e conhecer, originariamente, das ações civis públicas ajuizadas na Justiça do Trabalho - neste caso, conforme jurisprudência majoritária e atual do Tribunal Superior do Trabalho.

- a - Somente I está correta.
- b - II e III estão corretas.
- c - Somente IV e V estão corretas.
- d - I e IV estão corretas.
- e - Todas estão corretas.

33) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Ao Ministério Público do Trabalho, entre outras atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho, incumbe: intervir em qualquer fase do processo trabalhista, por solicitação do juiz ou por iniciativa própria, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção; intervir obrigatoriamente em todos os feitos de segundo e terceiro graus de jurisdição, quando a parte for pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou organismo internacional; instaurar instância em caso de greve, quando a defesa da ordem jurídica ou o interesse público assim o exigir; e recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, tanto nos processos em que for parte, como naqueles em que officiar como fiscal da lei, bem como pedir revisão dos Enunciados do Tribunal Superior do Trabalho.

II - Constitui prerrogativa institucional do membro do Ministério Público do Trabalho, como integrante do Ministério Público da União, sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais officie; e prerrogativa processual, receber intimação, pessoalmente, nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que officiar, devendo, em particular, ser cientificado, pessoalmente, das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, nas causas em que o órgão tenha intervido ou emitido parecer escrito.

III - O inquérito civil, um dos instrumentos de atuação do Ministério Público do Trabalho para ressalva dos direitos sociais dos trabalhadores, é um procedimento que serve à coleta de elementos ou informações destinadas à formação da convicção do próprio Ministério Público e demais legitimados para sua instauração, para eventual propositura de ação civil pública ou coletiva.

IV - O inquérito civil é dispensável para propositura de ação civil pública.

V - Se o órgão do Ministério Público do Trabalho concluir pelo arquivamento do inquérito civil, deve submeter o ato à homologação da Justiça do Trabalho.

a - Todas estão corretas.

b - Somente I está correta.

c - II e III estão incorretas.

d - III e IV estão incorretas.

e - V está incorreta.

34) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único; compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo cumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio; mas compete à Justiça Federal, e não à Justiça do Trabalho, processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, ainda que o servidor tenha sido dispensado antes da instituição do regime jurídico único, tudo nos termos da jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça.

II - Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação formulada por viúva de ex-empregado que verse complementação de pensão, nos termos da jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, bem assim a reclamação de empregado aposentado visando à complementação de aposentadoria, desde que o direito subjetivo reivindicado decorra de obrigação assumida pelo ex-empregador, conforme precedente do Supremo Tribunal Federal.

III - A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

IV - Nos termos da jurisprudência majoritária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, compete ao Tribunal Regional do Trabalho conhecer de “habeas corpus” impetrado contra ato do juiz do trabalho a ele vinculado.

V - A competência da Vara do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado em outro local ou no estrangeiro, estendendo-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, se for brasileiro e não houver convenção internacional em contrário. Trata-se de norma específica de proteção ao empregado.

a - I e IV estão corretas.

b - II, III e IV estão corretas.

c - Somente IV está incorreta.

d - III e V estão incorretas.

e - Todas estão corretas.

35) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta incorreta:

I - O conceito de parte, via de regra, limita-se a autor e réu. Há casos, no processo trabalhista, porém, que o terceiro interveniente, a exemplo do sucessor (sucessão de empresas), é quem vem a sofrer a condenação e a eficácia da coisa julgada.

II - Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final (“jus postulandi”). A regra inscrita na Consolidação das Leis do Trabalho permanece em vigor mesmo sob a vigência da Constituição da República de 1988, como proclamado pelo Supremo Tribunal Federal.

III - A parte pode constituir advogado para representá-la no processo trabalhista mediante procuração por instrumento público ou particular, observadas, em se tratando de mandato judicial, as normas constantes da legislação processual civil, e, supletivamente, as estabelecidas no Código Civil. Admite-se, também, o mandato tácito.

IV - Verifica-se a substituição processual quando alguém litiga, em nome próprio, no interesse alheio (legitimação extraordinária). É o que se verifica, por exemplo, no caso da ação civil coletiva, cuja propositura é autorizada ao Ministério Público, entre outros. Difere da legitimação autônoma para condução processo reconhecida ao autor da ação civil pública.

V - Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, incumbe aos sindicatos prestar assistência judiciária aos trabalhadores na Justiça do Trabalho, desde que recebam menos de dois salários mínimos ou se encontrem em situação econômica que não lhes permita demandar sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Não são, porém, devidos honorários de advogado quando o sindicato atuar como substituto processual.

- a - I e V estão corretas.
- b - II e III estão corretas.
- c - III e IV estão incorretas.
- d - IV está correta.
- e - Todas as afirmações estão corretas.

36) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Costuma-se apontar três tipos de litisconsórcio, conforme os efeitos no processo: necessário, que é aquele cuja formação não pode ser dispensada pelas partes; unitário, ou seja, nos casos em que a decisão pode ser diferenciada para cada um dos litisconsortes; e simples, quer dizer, quando o juiz tiver de decidir a lide do mesmo modo para todos os litisconsortes.

II - Atos processuais, em sentido amplo, são os que exercem influência no processo, e, em sentido estrito, são os praticados pelas partes, pelo juiz e seus auxiliares, na composição do processo. Diferem dos termos processuais, os quais materializam os atos. A sentença, a desistência da ação e a distribuição da reclamação são exemplos de atos processuais. A autuação, a juntada e a abertura de vista constituem exemplos de termos processuais.

III - Os prazos, no processo do trabalho, de regra, contam-se, salvo disposição em contrário, a partir da data em que for feita, pessoalmente, ou recebida a notificação; daquela em que for publicado o edital no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho; ou, ainda, da que em que for afixado o edital na sede do juízo ou tribunal. Contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, sendo que os prazos que se vencerem em dia não útil ou sem expediente forense prorrogam-se até o primeiro dia útil seguinte. No entanto, se a intimação ou a publicação com efeito de intimação ocorrer na sexta-feira, o prazo judicial será contado como se tivesse sido feita na segunda-feira imediata, salvo se não houver expediente, caso em que será considerado o dia útil que se seguir, para esse fim.

IV - As custas processuais são contadas uma única vez no processo do trabalho e devem ser pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão, sendo que, no caso de recurso, serão pagas e comprovado seu recolhimento dentro do prazo recursal. Estão, porém, isentos desse recolhimento, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas que não explorem atividade econômica, bem assim o Ministério Público do Trabalho e os beneficiários da justiça gratuita.

V - No processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas no final, conforme tabela prevista em lei.

- a - I e III estão erradas.
- b - II, IV e V estão corretas.
- c - Somente IV está errada.
- d - IV e V estão erradas.
- e - Somente I está correta.

37) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - No processo do trabalho, a citação, denominada notificação, será feita em registro postal, ou por edital se o reclamado criar embaraços ao seu recebimento ou não for encontrado. Serão notificados, porém, pessoalmente, os membros da Advocacia da União e do Ministério Público do Trabalho. O executado também será citado pessoalmente.

II - Quando se tratar da Fazenda Pública, a notificação (citação) deverá ser formulada com, pelo menos, quinze dias de antecedência da data designada para a audiência.

III - As nulidades só serão proclamadas, no processo do trabalho, quando acarretarem prejuízo para a defesa da parte, e, ainda assim, se não se puder julgar o mérito a favor de quem seria prejudicado pela nulidade. Nisso consiste o “princípio do prejuízo”, agasalhado pela Consolidação das Leis do Trabalho, correspondente à máxima francesa “pas de nullité sans grief”. Devem ser argüidas pelas partes na primeira oportunidade em que tiverem de falar nos autos ou em audiência, sob pena de preclusão.

IV - A nulidade fundada em incompetência material independe de argüição e deve ser declarada de ofício em qualquer instância ou grau de jurisdição, anulando-se os atos decisórios.

V - Não será pronunciada a nulidade quando for possível o suprimento da falta ou a repetição do ato, bem assim quando for argüida por quem lhe tiver dado causa. No primeiro caso, prestigia-se o princípio da economia processual e, no segundo, o princípio de que ninguém pode se beneficiar da própria torpeza. A nulidade só atingirá os atos posteriores, dependentes ou consequentes do ato nulo, e o juiz ou tribunal que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

a - Somente II está incorreta.

b - I e II estão incorretas.

c - I, III, IV e V estão corretas.

d - Somente I, III e V estão corretas.

e - Todas as afirmações estão corretas.

38) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - O dissídio individual distingue-se do dissídio coletivo porque nele se verifica o conflito de interesses concretos de pessoas determinadas, visando à aplicação de norma jurídica ao caso concreto, ao passo que, neste último, são discutidos interesses abstratos de uma categoria composta de um número indeterminado de pessoas, que objetivam a criação de normas gerais ou a interpretação de norma geral preexistente. Constituem exemplos de dissídios individuais: as reclamações trabalhistas plúrimas, o mandado de segurança individual e as ações cautelares incidentais às reclamações trabalhistas.

II - Os dissídios individuais comportam o procedimento comum e o procedimento sumaríssimo - neste caso quando o valor atribuído à causa não exceder quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, excluídas as demandas que tenham como parte a Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional.

III - São características do procedimento sumaríssimo: não cabimento da citação por edital, certeza ou determinação do pedido cujo valor deve ser indicado pelo reclamante, registro resumido dos atos processuais, imediata solução dos incidentes e exceções que interfiram no prosseguimento do processo, prazo comum de cinco dias para falar sobre laudo pericial, inquirição de no máximo três testemunhas para cada parte, as quais comparecerão à audiência independente de intimação, e dispensa do relatório na sentença, que será publicada em audiência.

IV - São requisitos da petição de reclamação do procedimento comum: designação do juiz do trabalho (ou de direito) a quem for dirigida, qualificação do reclamante e do reclamado, breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e assinatura do reclamante ou de seu representante (quando verbal, o termo de reclamação conterà a assinatura do reclamante e do escrivão ou diretor de secretaria); a petição para o procedimento sumaríssimo conterà os mesmos requisitos, sendo que, quanto ao pedido, deverá ser certo ou determinado, indicando-se o valor correspondente, que não poderá ser superior a sessenta salários mínimos. Constatada a falta de algum desses requisitos, no procedimento comum, o juiz concederá prazo para que seja emendada ou complementada a peça inicial, sob pena de indeferimento.

V - Quando o valor do pedido não ultrapassar quarenta salários mínimos, o inquérito para apuração de falta grave se processará segundo o rito sumaríssimo, posto que as regras de procedimento são de ordem pública, delas não podendo dispor as partes.

a - somente I está correta.

b - I e IV estão corretas.

c - II e V estão corretas.

d - Somente IV e V estão incorretas.

e - I e II estão corretas.

39) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independente de seus representantes ou advogados, exceto no caso de reclusões plúrimas e ações de cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo sindicato de sua categoria desde que apresentem atestado médico que declare, expressamente, a impossibilidade de locomoção no dia da audiência.

II - O não-comparecimento do reclamado à audiência importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, e o não-comparecimento do reclamante induz ao arquivamento da reclamação, sem julgamento do mérito. Porém, a simples ausência do reclamado, após contestada a ação em audiência, no caso de adiamento da audiência de instrução na qual deveria depor, não autoriza a revelia.

III - A conciliação das partes será tentada pelo juiz logo após a abertura da audiência e recebimento da contestação, de onde extrairá as bases para proposta de acordo.

IV - Somente são consideradas exceções (defesa direta) as alegações formuladas pelo reclamado que demandem exame prévio ao mérito, a exemplo da suspeição, impedimento e incompetência. As demais alegações, tais a litispendência, coisa julgada, prescrição, compensação e retenção, devem constar de preliminares, como matéria de defesa indireta, e serão examinadas por ocasião da sentença.

V - A admissibilidade da reconvenção no processo do trabalho, atualmente, é matéria incontroversa, observadas as adaptações necessárias, tal a concentração dos atos em audiência, respeitado, porém, o prazo de dez dias para que o autor reconvinde possa contestá-la.

a - Somente II e V estão erradas

b - Somente I e IV estão corretas.

c - Somente I, II e III estão corretas.

d - Todas as afirmações estão erradas.

e - Todas as afirmações estão corretas.

40) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta incorreta:

I - Entre os princípios que também informam as provas no processo do trabalho consta o do livre convencimento do juiz na sua apreciação. Porém, por força de lei, o juiz somente admitirá a prova escrita nos casos de recibo para comprovação do pagamento dos salários e de acordo para prorrogação da jornada de trabalho.

II - De regra, as provas devem ser produzidas por quem fizer as alegações, depois de formulada a defesa e frustrada a tentativa de acordo. Geralmente, devem ser comprovados apenas os fatos, não o direito, pois o juiz o conhece, prescindindo de prova, porém, os fatos notórios e incontroversos.

III - O incapaz pode confessar, desde que o faça por escrito e na presença do juiz. O menor de dezoito anos não pode depor como testemunha, pois não é penalmente responsável.

IV - Os exames periciais devem ser realizados por perito único designado pelo juiz, facultando-se a cada parte a indicação de um assistente, que deve apresentar o laudo no mesmo prazo fixado para o perito. O laudo pericial não vincula o juiz, considerado o princípio da livre apreciação das provas, exceto no caso de constatação de trabalho em condições insalubres ou perigosas, porque a realização da perícia constitui imposição legal.

V - A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita.

a - I e II estão corretas.

b - I e V estão incorretas.

c - III e IV estão incorretas.

d - II e V estão corretas.

e - III está incorreta.

41) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - São requisitos da sentença no rito comum: o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão. A sentença deve mencionar sempre as custas a serem pagas pela parte vencida, e, quando der procedência ao pedido, determinará o prazo e as condições para seu cumprimento. Indicará, também, sempre, mesmo quando meramente homologatória, a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive a responsabilidade patronal pelo recolhimento da contribuição previdenciária.

II - Todas as decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória devem ser comunicadas, pela via postal, ao INSS, que poderá recorrer sobre o objeto do acordo, no prazo de oitos dias, contado em dobro.

III - O processo do trabalho dispõe de elenco recursal próprio, admitindo, unicamente, a aplicação da legislação processual comum, subsidiariamente, no tocante aos embargos de declaração.

IV - São princípios gerais dos recursos: da vigência imediata da lei processual nova, da unirecorribilidade, da fungibilidade, da viabilidade e da devolutividade.

V - No processo do trabalho, de regra, os recursos interpostos apenas devolvem à instância superior a matéria impugnada, o que permite a execução definitiva, desde logo.

- a - I e II estão corretas.
- b - I e IV estão corretas.
- c - Somente V está correta.
- d - IV e V estão corretas.
- e - Todas as afirmações estão erradas.

42) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Os incidentes processuais devem ser resolvidos pelo próprio juízo ou tribunal, admitida a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva. Tal significa que essas decisões são irrecorríveis de imediato. Por exemplo, as decisões sobre exceção de incompetência não comportam recurso, podendo a parte renovar a alegação no recurso que couber da decisão final.

II - No processo do trabalho, de regra, no prazo de oito dias, cabe recurso ordinário dos acórdãos proferidos por Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança, ação rescisória e dissídio coletivo; do acórdão do Tribunal Regional do Trabalho em agravo de petição cabe recurso de revista desde que haja ofensa direta a dispositivo constitucional; cabe agravo de instrumento das decisões que deneguem a interposição de outros recursos, e, excepcionalmente, para atacar liminar concedida em ação civil pública; cabe recurso ordinário contra decisão de agravo regimental interposto em reclamação correicional. Segundo a jurisprudência dominante, é passível de nulidade decisão que acolhe embargos declaratórios com efeito modificativo sem oportunidade para a parte contrária se manifestar.

III - Os pressupostos recursais passam por duplo exame: primeiramente, feito pelo juízo “a quo”, que dará, ou não, seguimento ao recurso; depois, pelo juízo “ad quem”. O primeiro não vincula o segundo, que poderá, ao reexaminar os requisitos de admissibilidade, não conhecer do recurso admitido inicialmente, ou destrancar o recurso obstado na origem desde que haja interposição de agravo de instrumento. O juízo de admissibilidade é exercido “ex officio” e declara se estão satisfeitas, ou não, as condições para que possa ser examinado o mérito, isto é, a procedência ou improcedência do recurso.

IV - São requisitos objetivos de admissibilidade recursal: adequação do recurso, prazo, regularidade da representação processual, pagamento das custas (exceto nos casos de isenção), depósito recursal e legitimidade para recorrer.

V - O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, mas tem vez, somente, quando da interposição do recurso ordinário, agravo de petição e recurso de revista, no prazo de oito dias, devendo ser efetuado o depósito recursal quando o recorrente for o empregador.

- a - II e III estão incorretas.
- b - I e IV estão corretas.
- c - IV e V estão incorretas.
- d - I e V estão incorretas.
- e - Todas estão corretas.

43) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - O recurso de revista - recurso de natureza extraordinária - é cabível para uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho das decisões terminativas proferidas em dissídio individual ou coletivo, pelos Tribunais Regionais do Trabalho. Destina-se a uniformizar a jurisprudência ou restabelecer norma nacional violada, e não admite o exame de fatos ou provas. É incabível contra acórdão regional proferido em agravo de instrumento.

II - Exige-se, para admissibilidade do recurso de revista, o prequestionamento da matéria recorrida, inclusive quando se tratar de incompetência absoluta, mas excetuada a hipótese de violação nascida na própria decisão recorrida.

III - De regra, o recurso de revista tem apenas efeito devolutivo, não se admitindo, atualmente, que o presidente do Tribunal Regional do Trabalho prolator do acórdão recorrido, uma vez preenchidos os

requisitos de admissibilidade, receba o recurso no efeito suspensivo. Isso autoriza a imediata execução provisória da sentença.

IV - Da sentença normativa proferida por Tribunal Regional do Trabalho em dissídio coletivo cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho. O dissídio coletivo de competência originária do Tribunal Superior do Trabalho, por sua Seção Especializada em Dissídios Coletivos, é irrecorrível. No recurso ordinário em dissídio coletivo admite-se o efeito suspensivo, na forma da lei, na medida e na extensão conferidas em despacho do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho prolator da sentença normativa.

V - A execução provisória da sentença distingue -se da execução definitiva porque, no primeiro caso, detém-se na penhora e depósito da coisa. Pode ser processada nos próprios autos ou em carta de sentença.

a - I e II estão incorretas.

b - II e III estão corretas

c - III e IV estão incorretas.

d - IV e V estão incorretas.

e - Todas as afirmações estão corretas.

44) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Os preceitos que regem o processo de execução fiscal aplicam-se subsidiariamente aos trâmites e incidentes do processo de execução trabalhista, desde que não contrariem as disposições pertinentes previstas na Consolidação das Leis do Trabalho. Assim, por exemplo, se não for localizado o devedor ou não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz suspenderá a execução, não correndo, enquanto isso, o prazo de prescrição.

II - O executado será citado para pagar a quantia devida no prazo de quarenta e oito horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora. A ordem de preferência de bens para incidência da penhora é a prevista no Código de Processo Civil, o qual situa o dinheiro em primeiro lugar.

III - O processo do trabalho admite a execução de títulos executivos extrajudiciais constantes de termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e termos de conciliação firmados perante as comissões de conciliação prévia, nos moldes da execução dos títulos executivos judiciais.

IV - O juízo universal da falência é oponível ao crédito trabalhista, conforme doutrina tradicional.

V - No processo do trabalho a liquidação da sentença se dará, também, por cálculo, que será apresentado pelas próprias partes abrangendo a contribuição previdenciária incidente, por arbitramento ou por artigos.

a - Todas as afirmações estão corretas.

b - I e IV estão erradas.

c - I e V estão erradas.

d - somente III e IV estão corretas.

e - Todas as afirmações estão erradas.

45) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - A parte ou o INSS que, intimada da conta de liquidação, não a impugnar no prazo de dez dias, sofrerá a preclusão, não podendo revolver a matéria, depois, nem mesmo via embargos à execução ou impugnação.

II - A exceção de pré-executividade constitui uma das formas de oposição aos atos de execução fora dos embargos e sem garantia do juízo pela penhora. Pode ser formulada por simples petição para argüir, por exemplo, a falta de liquidez, certeza ou exigibilidade do título, necessários à viabilização da execução.

III - Os embargos de terceiro são compatíveis com o processo do trabalho e podem ser apresentados para defesa da posse e propriedade, ou apenas da posse, de bens alcançados por ato de apreensão judicial, por quem não for parte no processo. Na fase de execução tais embargos podem ser opostos até cinco dias depois da arrematação, adjudicação ou remissão, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

IV - A fraude à execução, ou fraude contra credores, configura-se, entre outras hipóteses legais, quando se verificar a oneração ou alienação de bens na pendência de demanda contra o devedor capaz de reduzi-lo à insolvência. A fraude, no caso, não significa a nulidade do ato de oneração ou alienação: apenas o torna ineficaz com relação ao credor.

V - A expropriação de bens do devedor, no processo do trabalho, é feita em hasta pública única, quando os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo preferência o exequente pela adjudicação, quando receberá os bens para quitação total ou parcial de seu crédito.

- a - I e IV estão erradas.
- b - Somente II e III estão corretas.
- c - IV e V estão corretas.
- d - Somente IV está errada.
- e - Todas as afirmações estão erradas.

46) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Na execução contra a Fazenda Pública, no processo do trabalho, o devedor será citado para embargar a execução no prazo de trinta dias. Se não houver oposição de embargos ou se forem julgados improcedentes, o juiz requisitará o pagamento ao presidente do tribunal, que expedirá o precatório, exceto se a condenação for de pequeno valor, assim considerado, quando se tratar da Fazenda Pública Federal, a de valor individual até sessenta salários mínimos, e, nos termos do dispositivo constitucional, para a Fazenda Estadual ou Distrital, até quarenta salários mínimos, e para a Fazenda Municipal, até trinta salários mínimos, ressalvado outro valor fixado na legislação editada por Estados ou Municípios.

II - Na Justiça do Trabalho são passíveis de execução “ex officio” os créditos previdenciários decorrentes das decisões proferidas por seus órgãos, condenatórias ou homologatórias de acordo. O devedor tem a faculdade de pagar, imediatamente, a parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução “ex officio”.

III - Do mandado de citação constarão, também, as contribuições sociais devidas ao INSS, para que o executado promova o pagamento no prazo de quarenta e oito horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.

IV - A sentença relativa a obrigação de fazer ou não o fazer cumpre-se, de regra, mediante a expedição de mandado de cumprimento, podendo o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, para efetivação da tutela específica ou obtenção do resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias, a exemplo da imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

V - O inquérito para apuração de falta grave imputada a empregado estável, é também indispensável, segundo a jurisprudência dominante, para os casos de estabilidade provisória, tal a da gestante com contrato de experiência.

- a - I e IV estão erradas.
- b - Somente II está errada.
- c - Somente V está errada.
- d - III está errada.
- e - Todas as afirmativas estão corretas.

47) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta incorreta:

I - A ação de consignação em pagamento é cabível na Justiça do Trabalho, por exemplo, se o empregado se negar a receber as verbas que lhe são devidas. Quando se tratarem de verbas rescisórias, a ação deverá ser proposta no prazo para a respectiva quitação.

II - A ação de prestação de contas é cabível na Justiça do Trabalho, manejável tanto pelo empregado como pelo empregador, observadas as hipóteses previstas no Código de Processo Civil, isto é, quando alguém tiver o direito de exigi-las ou a obrigação de prestá-las.

III - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, não se aplica ao mandado de segurança a oportunidade para emenda à petição inicial carente de documento indispensável à propositura da ação, nem mesmo para sua autenticação.

IV - Segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, cabe mandado de segurança para atacar tutela antecipada, exceto se deferida no próprio corpo da sentença, hipótese em que a medida cabível é o recurso ordinário, admitida, outrossim, ação cautelar para obtenção do efeito suspensivo.

V - A ação anulatória de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva, segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, compete, originariamente, aos Tribunais, à moda da competência para processar e julgar os dissídios coletivos.

- a - I está incorreta.
- b - II e III estão corretas.
- c - III e IV estão corretas.
- d - IV está incorreta.
- e - V está correta.

48) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Cabe a ação civil pública para proteção dos interesses difusos e coletivos, bem assim de direito individual homogêneo revestido de interesse social relevante.

II - A ação civil coletiva, segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, não tem cabimento na Justiça do Trabalho, exceto se visar à defesa de interesses individuais homogêneos de membros de categorias profissionais inorganizadas.

III - Segundo a atual e dominante jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a ação civil pública é da competência originária e funcional da Vara do Trabalho. Territorialmente, tratando-se de ação contra empresa de âmbito nacional que tenha provocado lesões em vários estados da federação, a competência é de uma das Varas do Trabalho do Distrito

Federal. Têm legitimidade ativa para propositura de ação civil pública na Justiça do Trabalho o Ministério Público do Trabalho e os sindicatos - estes compreendidos no conceito de associações e independente de autorização assemblear.

IV - A ação civil pública pode ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Quando se tratar da defesa de interesses individuais homogêneos, em caso de procedência do pedido a sentença será genérica, devendo o juiz fixar a responsabilidade do réu pelos danos causados, e a liquidação e execução da sentença poderão ser promovidas pelas vítimas, seus sucessores ou pelos mesmos legitimados para propositura da ação.

V - A coisa julgada nas ações coletivas tem peculiaridades que a distingue das tradicionais ações individuais. Assim, por exemplo, a sentença proferida em ação civil pública proposta para defesa de interesses difusos, isto é, aqueles transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base, produz efeitos "erga omnes", exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

a - Todas as afirmações estão corretas.

b - I, II e III estão corretas.

c - III e IV estão erradas.

d - Somente II está errada.

e - Somente II e V estão erradas.

49) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - Através dos dissídios coletivos são viabilizadas pretensões de um grupo, categoria ou coletividade profissional de trabalhadores, indistintamente, de forma genérica. Têm cabimento quando as partes se recusarem à negociação ou arbitragem, e podem ser suscitados pelos sindicatos, pelo Ministério Público do Trabalho no caso de greve, quando a defesa da ordem jurídica ou o interesse público assim o exigir, ou, ainda, por iniciativa do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho ou do Tribunal Superior do Trabalho.

II - Se o suscitado não comparecer à audiência de conciliação e instrução do dissídio coletivo, sofrerá a pena de confissão ficta e revelia, devendo o Tribunal, após parecer escrito ou oral do Ministério Público do Trabalho, proferir a sentença normativa, na qual estabelecerá, no uso do poder normativo da Justiça do Trabalho, normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.

III - Dissídio coletivo de natureza jurídica é aquele que visa à interpretação ou aplicação de uma norma jurídica convencional ou legal - esta do interesse de determinada categoria econômica ou profissional devidamente representada. Dissídio coletivo de natureza econômica, por sua vez, objetiva a alteração ou estabelecimento de condições de trabalho em geral, para os membros da categoria profissional. O dissídio coletivo suscitado diretamente contra empresa é admissível, segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, desde que autorizado pelos membros da categoria obreira.

IV - De acordo com a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, o empregado de categoria profissional diferenciada não tem direito de cobrar do seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

V - A ação de cumprimento pode ser proposta pelos próprios empregados ou suas entidades sindicais - inclusive as federações, na qualidade de substituto processual da categoria profissional não organizada.

a - Somente IV está correta.

- b - I, III e IV estão corretas.
- c - Somente V está errada.
- d - III, IV e V estão erradas.
- e - Todas as afirmações estão erradas.

50) Consideradas as afirmações abaixo, marque a resposta correta:

I - A ação rescisória na Justiça do Trabalho é regida pelo Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao caso, exceto no que se refere à efetivação do depósito equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, devendo a parte preencher todos os requisitos exigidos para essa ação, entre os quais a não ultrapassagem do biênio decadencial, contado em dobro quando a autora for a Fazenda Pública.

II - A prova do trânsito em julgado da sentença rescindenda é indispensável, devendo ser indeferida a petição inicial da ação rescisória se, no prazo de dez dias assinado pelo relator, o autor não fizer a juntada da respectiva certidão. Cabe ação rescisória para impugnar decisão homologatória de arrematação, segundo a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho.

III - O instituto da tutela antecipada é compatível do processo do trabalho, com as adaptações necessárias. Depende de requerimento da parte, pode ser deferida total ou parcialmente, antecipa os efeitos da própria tutela de mérito desde que reversível o provimento, depende de prova inequívoca que leve à quase certeza da alegação e tem dupla natureza jurídica: cautelar, quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou repressiva da conduta do réu, no caso de ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o seu manifesto propósito protelatório. Independente disso, poderá ser concedida, também, quando for incontroverso um ou mais pedidos ou parte deles.

IV - Se o autor requerer providência de natureza cautelar, a título de antecipação de tutela, o juiz poderá, quando presentes os pressupostos respectivos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado. Aplica-se, aqui, o princípio da fungibilidade, visto que o deferimento de medida cautelar independe de requerimento da parte.

V - A reclamação correicional tem natureza administrativa e cabe contra os atentatórios da boa ordem processual praticados pelos juízes do trabalho. Não é cabível quando existir recurso específico.

- a - Todas as afirmações estão corretas.
- b - Somente I e III estão corretas.
- c - Somente I e II estão erradas.
- d - Somente IV e V estão corretas.
- e - Todas as afirmações estão erradas.